

# ÍNDICE

PREFÁCIO .....	XV
INTRODUÇÃO .....	XIX

## **CAPÍTULO I**

### **O CONHECIMENTO, A LINGUAGEM E O “DIREITO”**

1.1 Linguagem e realidade – O giro lingüístico .....	1
1.2 Conhecimento, conhecimento científico e linguagem.....	5
1.2.1 Conhecimento e linguagem .....	5
1.2.2 O conhecimento científico .....	7
1.2.2.1 A linguagem científica – a linguagem do jurista .....	7
1.2.2.2 O método – a regra do jogo científico.....	8
1.2.2.3 Delimitação do objeto de estudo – o corte metodológico .....	11
1.3 O Problema da verdade e o giro lingüístico .....	13
1.4 Ciência, direito e linguagem – (direito como bem cultural – o dado e o constituído) .....	18
1.5 O conhecimento jurídico – a retomada do corte metodológico.....	22

## **CAPÍTULO II**

### **SOBRE OS CONCEITOS DE “DIREITO” E SISTEMA**

2.1 Colocação do problema .....	25
2.2 O conceito e a linguagem .....	26
2.3 O conceito de direito .....	30
2.3.1 A ambigüidade, a vaguidade e a carga emotiva da palavra “direito”.....	32
2.3.2 A problemática das definições e o conceito de direito.....	38
2.3.3 As definições dos conceitos de direito e sua estipulação .....	40
2.4 Sistema – noções propedêuticas .....	44
2.5 O sistema nomoempírico descritivo e o sistema nomoeempírico prescritivo.....	48
2.5.1 Características do sistema da ciência do direito e do sistema do direito positivo .....	49
2.6 Sistema estático e sistema dinâmico.....	52
2.7 A Unidade e a auto-referência do Sistema do direito Positivo.....	55

## **CAPÍTULO III**

### **ANÁLISE DO DISCURSO**

3.1 Enunciação e enunciado .....	59
----------------------------------	----

## **CAPÍTULO IV**

### **O JOGO DE LINGUAGEM DO SISTEMA DO DIREITO POSITIVO**

4.1 Os três subsistemas de manifestação do direito positivo e a estrutura da norma jurídica .....	65
4.2 A norma secundária – norma de atuação judiciária.....	70
4.3 Norma de produção normativa, norma de comportamento e norma de revisão sistêmica – o jogo do direito positivo .....	76
4.3.1 As normas de produção normativa – normas de competências e normas de procedimentos .....	80
4.4 Normas gerais e individuais, abstratas e concretas .....	88
4.4.1 O processo de positivação e o ato de aplicação .....	90
4.4.2 A incidência e a aplicação .....	95
4.4.3 A aplicação como efetivação da incidência .....	96

## **CAPÍTULO V**

### **AS FONTES DO DIREITO**

5.1 Prolegômenos .....	101
5.2 A homogeneidade na produção normativa .....	102
5.3 O conceito de “fontes” e sua multissignificatividade – fontes psicológicas, fontes históricas, fontes sociológicas, fontes políticas e fontes para a dogmática jurídica .....	104
5.4 Colocação do problema – a crise do “antigo regime” .....	106
5.5 Análise doutrinária .....	107
5.6 A disputa verbal.....	119

## **CAPÍTULO VI**

### **OS DOCUMENTOS NORMATIVOS E OS VEÍCULOS INTRODUTORES DE NORMAS JURÍDICAS**

6.1 O documento normativo como ponto de partida .....	121
6.2 Documento normativo e a malsinada expressão “fontes formais” .....	123
6.3 A dualidade fonte-atividade e produto .....	124
6.4 A estrutura do veículo introdutor .....	127

## **CAPÍTULO VII**

### **A ENUNCIÇÃO COMO ATIVIDADE CRIADORA DO DIREITO**

7.1 O fato social .....	133
7.2 O fato jurídico .....	134
7.3 Fato jurídico como expressão ambígua – o fato jurídico enunciado-enunciado e o fato jurídico enunciação-enunciada .....	136
7.4 O fato enunciação e o fato jurídico enunciação-enunciada. O fato enunciação como fonte.....	138

7.5 A hierarquia dos veículos introdutores .....	142
7.6 A lei, o costume, a jurisprudência e a doutrina .....	144
7.6.1 A lei .....	144
7.6.1.1 O princípio constitucional da estrita legalidade tributária.....	146
7.6.2 A jurisprudência.....	147
7.6.2.1 “Os juízes criam direito?” .....	150
7.6.2.2 O problema das súmulas.....	153
7.6.3 O costume .....	156
7.6.3.1 As dificuldades do tema e os limites da inquirição.....	156
7.6.3.2 O costume social e o costume jurídico – costume <i>secundum legem</i> e costume <i>praeter legem</i> .....	157
7.6.3.3 O costume como fonte.....	159
7.6.3.4 O costume no direito tributário e o artigo 100, inciso III, do Código Tributário Nacional .....	162
7.6.4 A doutrina .....	164

## **CAPÍTULO VIII**

### **A VALIDADE E OS PLANOS DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM DO DIREITO POSITIVO**

8.1 A validade como característica definitiva do conceito de direito e as normas sobre produção normativa .....	167
8.2 A validade como conceito plurívoco .....	168
8.3 A eleição dos critérios de validade e os prismas sintático, semântico e pragmático do sistema do direito positivo .....	171
8.3.1 Validade e o ponto de vista sintático .....	171
8.3.2 Validade em sua perspectiva semântica .....	172
8.3.3 Validade e o ângulo pragmático .....	174
8.4 As visões estática e dinâmica da produção normativa e a incorporação de normas produzidas irregularmente .....	176

## **CAPÍTULO IX**

### **FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS**

9.1 As classificações dos veículos introdutores.....	181
9.1.1 Instrumentos primários e instrumentos secundários.....	181
9.1.2 Veículos introdutores de normas do legislativo, do judiciário, do executivo e dos particulares.....	183
9.2 A Lei n. 9.718/98 e a COFINS – problemas emergentes .....	185
9.2.1 O veículo introdutor – Lei n. 9.718/98 – e sua estrutura .....	187
9.2.2 O vício na enunciação legislativa da Lei n. 9.718/98 – a alteração do enunciado–enunciado na conversão	

da Medida Provisória n. 1.724/98 na Lei n. 9.718/98.....	188
9.2.3 O fundamento de validade e a espécie de veículo introdutor inadequados .....	192
9.2.4 A edição da Emenda Constitucional n. 20 de 15/12/98 e a atordoada tentativa de “reparar o irreparável” – a Lei n. 9.718/98 .....	195
9.2.5 Vício na enunciação da Emenda Constitucional n. 20/98 .....	197
9.2.6 Sinopse conclusiva.....	199
9.3 Os tratados internacionais e a norma de incorporação .....	202
9.3.1 O artigo 98 do Código Tributário Nacional e o simu- lacro da “hierarquia dos tratados”.....	205
9.4 Os convênios estaduais e a validade na ordem interna de cada Estado-membro .....	207
CONCLUSÃO .....	211
BIBLIOGRAFIA .....	227